



PESQUISA

Potencialidades da reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil

Alicia Vektoraci Munaldi*[†] e Vanuza da Silva Pereira Ney[‡]

[†]Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

[‡]Professora Adjunta, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

*Autor correspondente. Email: alicia.vektoraci17@gmail.com

Resumo

A pesquisa é fruto do projeto PIBIC/CNPq 2021-2022 da UFF e buscou analisar a dinâmica do desenvolvimento rural e sua relação com a reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. Para isso, a revisão teórica e histórica acerca da reforma agrária no Brasil foi feita com base na literatura sobre o tema, bem como os indicadores disponíveis nos sites sobre o tema, como o INCRA. A questão agrária no Brasil é um tema muito debatido na literatura brasileira, em especial porque para grande parte dos pesquisadores, o Brasil não fez a tão esperada “reforma agrária”. A questão agrária como tem sido feita no Brasil é um entrave ao desenvolvimento brasileiro e condição para uma sociedade mais justa. (GRAZIANO DA SILVA, 1981; LEITE et al., 2001). Nesse sentido também, na revisão em torno da questão agrária o tema incorre em muitas controvérsias, principalmente no meio acadêmico, onde encontramos várias correntes, com diferentes interpretações sobre a reforma agrária no Brasil. Entre as correntes GUANZIEROLI et al. (2001) destaca quatro visões sobre o papel que a reforma agrária desempenha no processo de desenvolvimento do país: 1. “O novo Mundo Rural”; 2. “O Banco Mundial”; 3. “A reforma Agrária Viável” e 4. “A Reforma Agrária MST”. A realidade brasileira de políticas de assentamentos rurais é resultante da pressão dos movimentos sociais. Além disso, os governos brasileiros não criaram condições institucionais e financeiras suficientes para uma real estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos, evidenciando a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras. Para GUANZIEROLI (1998) o Estado distribuiu terras, mas não investiu recursos necessários num planejamento de longo prazo. Segundo LEITE et al. (2001) os assentamentos rurais carecem da falta de assistência técnica e atraso na liberação de recursos e representam a política adotada desde os anos 1990. Isso mostra que criar projetos de assentamentos e disponibilizar, não é suficiente, mas é necessário o acompanhamento, assistência técnica e recursos financeiros para garantir a permanência e consolidação das famílias no lote. A criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetivas de produção, comercialização e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infraestrutura – produtiva e social – necessárias não são realizadas na maior parte dos assentamentos criados.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa buscou entender a dinâmica do desenvolvimento rural e sua relação com a reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.

Referências

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Citado na página 25.

GUANZIROLI, C. E. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil**. [Sine loco]: Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1998. Citado na página 25.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Citado na página 25.

LEITE, S. et al. **Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: [sine nomine], 2001. Citado na página 25.